

EXTRATO DA PORTARIA Nº 012/2018-MP/IC – 1ª PJCDCC – ICOARACI

Origem: **1ª Promotoria de Justiça Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci**

Portaria Nº 012/2018 – 1ª PJCDCC – Icoaraci

Procedimento Administrativo nº: **006283-131/2017**

Data de Instauração: **25/01/2018**

Fundamento Legal: **Art. 205 e 227 da CF/88, e art. 53 da Lei nº 8.069/90 (ECA).**

Objeto: **Anulação da penalidade de suspensão aplicada ao aluno DANIEL PORTILHO PINTO, com a consequente retirada do registro da pasta individual do aluno, por inobservância dos Preceitos Constitucionais e do Regimento Interno das Escolas Públicas.**

DARLENE RODRIGUES MOREIRA, **1ª Promotora de Justiça Cível de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci.**

Protocolo: 276495

ORDEM DE SERVIÇO N.º 01/2018-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições e com fundamento no art. 127, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 18, inciso V, da Lei Complementar nº 57, de 6 de julho de 2006, e, CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação do funcionamento do serviço de atendimento odontológico do Departamento Médico e Odontológico;

CONSIDERANDO a necessidade de racionalizar o atendimento odontológico prestado no Departamento Médico e Odontológico, a fim de conferir maior eficiência e organização para as atividades desenvolvidas;

CONSIDERANDO os fatos narrados no Ofício nº 010/DMO-MP/PA, de 17 de janeiro de 2018, que dão conta da lotação da agenda para atendimento odontológico;

CONSIDERANDO que existem 02 (dois) consultórios vagos para atendimento odontológico, no turno da tarde;

CONSIDERANDO o princípio da eficiência e da moralidade, que regem a Administração Pública, nos termos do disposto no caput do art. 37 da Constituição Federal;

R E S O L V E:

Art. 1º Determinar que a agenda para atendimentos odontológicos seja aberta para marcação de consultas apenas 05 (cinco) dias antes ao respectivo mês de atendimento, a partir do mês de abril do corrente ano.

Art. 2º Determinar que os pacientes sejam orientados a chegar 10 (dez) minutos antes de seu horário agendado para consulta odontológica, para fins de atendimento na recepção, não havendo tolerância para atrasos.

Art. 3º Suspende, temporariamente, os serviços de clareamento dental.

Art. 4º Suspende, até ulterior deliberação, as consultas odontológicas para os militares.

Art. 5º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em 02 de fevereiro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 276340

EXTRATO DE PORTARIA Nº 017/2018-MP/4ªPJA

O 4º Promotor de Justiça de Abaetetuba torna pública a expedição da PORTARIA Nº 017/2018-MP/4ªPJA, encaminhada aos seguintes órgãos: Procuradoria-Geral de Justiça, Corregedoria-Geral do MPPA e Centro de Apoio Operacional Constitucional que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Abaetetuba, situada na Avenida São Paulo, nº 2072, bairro Aviação, Cep 68.440-000 – Pará – Fone/Fax: (91) 3751-1177.

1.Portaria: Instaurar Inquérito Civil para apuração das circunstâncias da propagação de poluição por parte de Sílvio da Cruz da Silva, no exercício da atividade de fábrica de caixas de som para veículos automotores na Rua Berlindo Pinheiro, 467, Algodal, Abaetetuba/PA.

Abaetetuba/PA, 30/01/2017

Bruno Saravalli Rodrigues – Promotor de Justiça

Protocolo: 276282

EXTRATO DA PORTARIA Nº 01/2018-MP/PJG

O Promotor de Justiça Substituto, respondendo pela PJ de Gurupá, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, previstas nos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal, além das disposições contidas no art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, e art. 26, I, da Lei nº 8.625/93, dentre outras relacionadas com a defesa dos direitos metaindividuais por parte do Órgão Ministerial, e de acordo com o disposto no art. 2º, §7º, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução nº 010/2011-CPJ MPPA, torna pública a instauração de Inquérito Civil 01/2018 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Gurupá, situada na Av. São Benedito s/n, centro, CEP: 68300-000 – Gurupá – Pará – Fone: (91) 3692-1515.

PORTARIA Nº 01/2018-MP/PJG

Investigados: NEUCINEI DE SOUZA FERNANDES, MACDOVEL JUNIOR CAMPOS ALVES, FRANCISCO ARAÚJO SERRA.

Assunto: Improbidade Administrativa (Lei nº 8.666/93) e Crime Ambiental.

Bruno Alves Câmara – Promotor de Justiça

Protocolo: 276199

RESUMO DA PORTARIA Nº 002/2018-MP/2ªPJ/MA/PC/H
O 2º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURA, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, Dr. NILTON GURJÃO DAS CHAGAS, torna pública a conversão da Notícia de FATO Nº 000081-113/2016-MP/2ªPJ/MA/PC/HU em Procedimento Preparatório, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, sito na Rua Ângelo Custódio, nº36, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará. Procedimento Preparatório nº 001047-125/2017-MP/2ªPJ/MA/PC/HU

Instaurante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e art. 8º, §1º e §2º da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Investigado: GRUPO LÍDER

Objeto de Investigação: Poluição Sonora supostamente provocada pelas atividades da filial da Av. Roberto Camelier, 561 e 577, Jurunas, nesta cidade.

Belém, 05 de fevereiro de 2018.

NILTON GURJÃO DAS CHAGAS

2ª Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém.

Protocolo: 276552

AVISO Nº 003/2018-CSMP

Faço público, a quem interessar possa que a 3ª Sessão Ordinária do Conselho Superior, realizar-se-á no dia 08 de fevereiro de 2018, às 9h, no Plenário "Procurador de Justiça Octávio Proença de Moraes", no quarto andar do Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará, situado à Rua João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade, para apreciação da pauta a seguir:

ITENS DA PAUTA:

1.Apreciação da Ata da 2ª Sessão Ordinária realizada em 25/01/2018.

2.Julgamento de Processos:

2.1. Processos de Relatoria da Conselheira ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO:

2.1.1. Processo nº 000264-151/2017

Requerente(s): Tribunal de Contas da União - TCU
Requerido(s): Prefeitura Municipal de Belém - PMB

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital Assunto: Apurar possíveis irregularidades na destinação de verbas oriundas de pagamento de precatórios aos municípios que fazem jus a diferenças na complementação, devida pela União, no âmbito do extinto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEB).

2.1.2. Processo nº 000403-125/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Estado do Pará - SEDUC

Origem: 1º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos da Capital

Assunto: Apurar notícia de que determinada Escola Estadual estaria solicitando de alguns alunos materiais escolares.

2.1.3. Processo nº 002019-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Tribunal de Contas do Estado do Para - TCE

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar denúncia de possíveis irregularidades no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA).

2.1.4. Processo nº 001957-477/2016

Requerente(s): Logar Nathascha de Almeida e Outros

Requerido(s): Eletrofácil Comércio de Móveis Ltda.

Origem: 1º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar prática de lesão contra o consumidor.

2.1.5. Processo nº 001293-131/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Couro do Norte LTDA.

Origem: 2º PJ Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci

Assunto: Apurar possível delito ambiental, atribuído ao estabelecimento Couro do Norte - LTDA localizado no Distrito de Icoaraci, Município de Belém

2.1.6. Processo nº 001774-126/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): J.A.A. e C.V.M.S.

Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e do Tribunal do Júri de Ananindeua

Assunto: Apurar suposta prática de falsificação de documento constante de contrato de compra e venda de imóvel.

2.1.7. Processo nº 000368-440/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Empresa de Refrigerantes Albano

Origem: 1º PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua

Assunto: Apurar denúncia de poluição sonora e ambiental, proveniente da Empresa de Refrigerantes Albano Indústria e Comércio e Bebidas EIRELI, a qual fica localizada na Avenida Mario Covas.

2.1.8. Processo nº 000146-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Mário Aparecido Moreira - Ex-Prefeito

Origem: 2º PJ de Redenção

Assunto: Apurar a ocorrência de atos que importem lesão ao patrimônio público e improbidade administrativa, decorrente da irregularidade na locação de um caminhão a R\$ 6,30(seis reais e trinta centavos) a hora trabalhada, contrato firmado durante a administração do ex-prefeito Mario aparecido Moreira.

2.1.9. Processo nº 000199-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Marituba

Origem: 4º PJ de Marituba

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na contratação temporária de servidores no município de Marituba.

2.2. Processos de Relatoria do Conselheiro FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA:

2.2.1. Processo nº 000075-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em apuração

Origem: PJ de São João do Araguaia

Assunto: Apurar denúncia de venda ilegal de gasolina, no município de São João do Araguaia/PA.

2.2.2. Processo nº 000058-151/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano-SEIDURB

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na Concorrência Nacional nº 014/2014, da Secretaria de estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SEIDURB).

2.2.3. Processo nº 000518-125/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Edmar Ribeiro Duarte, Tereza Cristina Melo dos Santos

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar supostas irregularidades relacionadas à possível acumulação ilegal de cargos públicos.

2.2.4. Processo nº 000033-036/2017

Requerente(s): Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado do Pará

Requerido(s): A.M. Correa Neto

Origem: 4º PJ de Benevides

Assunto: Apurar denúncia de possível irregularidade em emissão de licença ambiental pelo município de Benevides, sem habilitação para o exercício da gestão ambiental.

2.2.5. Processo nº 000019-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Posto Beira Mar Ltda.

Origem: PJ de Maracanã

Assunto: Apurar denúncia de possível irregularidade no funcionamento do Posto Beira Mar Ltda., localizado no município de Maracanã.

2.2.6. Processo nº 000042-440/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Recanto da Saudade Cemitério Parque Ltda.

Origem: 2º PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua

Assunto: Apurar denúncia de suposta poluição ambiental, por despejo de água em esgoto a céu aberto, que tem como destino o Lago Bolonha ou Água Preta, no município de Ananindeua.

2.2.7. Processo nº 000096-012/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Poder Público Municipal

Origem: 4º PJ Cível de Abaetetuba

Assunto: Apurar suposta prática de nepotismo ocorrido na Secretaria Municipal de Assistência Social de Abaetetuba, bem como lotação irregular de servidores públicos para gestão de projetos e outras funções públicas.

2.2.8. Processo nº 005060-477/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): A Pinto Moreira - ME

Origem: 1º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no armazenamento e na comercialização de gás liquefeito de petróleo - GLP.

2.2.9. Processo nº 000804-125/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS

Origem: 2º PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo da Capital